



ESCLARECIMENTO 02– REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL SEBRAE/TO N.º
025/2015

Diante da solicitação de esclarecimento referente à Republicação do Edital Pregão Presencial SEBRAE/TO n.º 025/2015 realizada pela empresa **PRODENT**, a Comissão Permanente de Licitação do SEBRAE/TO passa a elucidar na forma que segue:

Questionamento:

- 1) 14.11 Caso a Pessoa Jurídica prestadora dos serviços objeto desta licitação seja estabelecida fora do Município de Palmas/TO deverá observar a obrigatoriedade de a mesma fazer o CNES – Cadastro Simplificado de Contribuintes Não Estabelecidos, bem como a emissão do RANFS – Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço, conforme previsto nos artigos 31, 32, 33 e 51 do Decreto Municipal n.º 797, de 1º de julho de 2014.
Questiona-se, em qual momento torna-se exigível a obrigatoriedade?
- 2) Anexo I - 4.1 Os beneficiários deverão ser assistidos, no prazo máximo de 07 dias corridos, a contar da data do primeiro contato, em rede indicada e credenciada pelo licitante vencedor, nas especialidades discriminadas no item 03, em consultórios particulares com hora previamente marcada. Assim como, os beneficiários deverão ter total liberdade para escolher Cirurgiões Dentistas e Clínicas Odontológicas de sua preferência em qualquer Estado brasileiro e o Licitante efetuará o devido reembolso das despesas cobertas observando as condições da tabela de reembolso descritas no item 08 deste Termo.
O item acima traz o verbo “assistido”, o que da margem para mais de uma interpretação, em outras palavras, o beneficiário deverá ser atendido (agendamento de consulta, prestá-lo de informações ou esclarecimentos etc.) ou o tratamento deverá ocorrer no prazo supracitado?
- 3) 8.7 O Sistema de Livre Escolha com Reembolso de despesas odontológicas / ambulatorial / laboratorial será destinado para a utilização de recursos não credenciados ou não referenciados ou não pertencentes à rede própria (livre escolha total), e de acordo com o tipo de plano, mesmo quando efetuadas em cidades que possuam rede própria ou credenciada ou referenciada, ou mesmo se efetuadas no exterior.
Quais os parâmetros utilizados para os serviços utilizados no exterior, uma vez que os planos possuem abrangência geográfica nacional?
- 4) 10.2 Obrigações da Contratada
n) Ter escritório para atendimento dos beneficiários na cidade Palmas/TO, com poderes de decisão para resolver problemas dos usuários referentes a autorizações de exames, internações, cirurgias, tratamentos complementares, reembolsos, credenciar profissionais e empresas do ramo e dirimir quaisquer outras dúvidas que porventura venham a ocorrer.
Questiona-se, de fato, se o referido escritório/unidade de atendimento poderá ser disponibilizado através de terceiros, ou seja, prestador de serviços que terá poderes para autorizar exames, internações, cirurgias, tratamentos complementares, reembolsos, credenciar profissionais e empresas do ramo e dirimir quaisquer outras dúvidas que porventura venham a ocorrer?



Resposta:

- 1) A exigibilidade em questão é condição de recebimento do pagamento conforme legislação municipal. Dessa maneira, a empresa vencedora do certame deverá providenciar o CNES e RANFS no momento da adjudicação do objeto ou após assinatura do contrato.
- 2) Informamos que o item - 4. DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO, o qual se refere ao atendimento que deve ser prestado no prazo máximo de 07 dias, sendo um agendamento, informação e esclarecimento, consultas, autorização de exame e/ou início do tratamento.
- 3) Quando forem necessários serviços odontológicos de emergência no exterior, considerar o valor para reembolso da tabela nacional.
- 4) A Comissão Permanente de Licitação **comunica a seguinte publicação de errata já disponibilizada no site do SEBRAE/TO** referente à Republicação do Pregão Presencial SEBRAE/TO n.º 025/2015:

Onde se lê:

- n) **Ter escritório para atendimento** dos beneficiários na cidade Palmas/TO, com poderes de decisão para resolver problemas dos usuários referentes a autorizações de exames, internações, cirurgias, tratamentos complementares, reembolsos, credenciar profissionais e empresas do ramo e dirimir quaisquer outras dúvidas que porventura venham a ocorrer.

Leia-se:

- n) **Ter um representante para atendimento** dos beneficiários na cidade Palmas/TO, com poderes de decisão para resolver problemas dos usuários referentes a autorizações de exames, internações, cirurgias, tratamentos complementares, reembolsos, credenciar profissionais e empresas do ramo e dirimir quaisquer outras dúvidas que porventura venham a ocorrer.

Palmas – TO, 30 de novembro de 2015.

ODEANE MILHOMEM DE AQUINO

Presidente da CPL